



MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA – PODER
EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
2º QUADRIMESTRE DE 2025

29 de setembro de 2025

Elton Rehfeld
Secretário da Fazenda

Introdução

Análise do Comportamento da Receita

Análise do Comportamento da Despesa

Análise do Comportamento dos
Resultados Primário e Nominal

Análise do Comportamento da Dívida

Análise do Comportamento dos
Investimentos

Análise do Comportamento da Despesa
com Manutenção do Ensino

Análise do Comportamento da Despesa
com Saúde (ASPS)

Análise do Comportamento da Despesa
com Pessoal

Conclusão

INTRODUÇÃO

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Segundo Quadrimestre de 2025, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

INTRODUÇÃO

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do segundo quadrimestre de 2025, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumpre informar que, em razão de a população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que tratam os art. 53 e 54 da mesma lei.

Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no segundo quadrimestre de 2025.

1- ANÁLISE DE COMPORTAMENTO DE RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto atualizado estimado para o exercício de 2025, foi o montante de R\$ 31.419,692,12. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2025 foi de R\$ 22.634.332,25, tendo sido arrecadado, portanto, 72,04% da meta anual, considerado um resultado < positivo >.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual (A)	Realiz. no Período (C)	% (C/A)	
1 – Receitas Correntes	R\$ 30.680.136,94	R\$ 21.868.127,95	70,01	
Receita Impostos, taxas e Contribuições	R\$ 1.811.242,73	R\$ 1.435,566,43	79,26	
Receita de Contribuições	R\$	R\$		
Receita Patrimonial	R\$ 1.621.252,77	R\$ 1.707.235,55	105,30	
Receita Agropecuária	R\$	R\$	0,00	
Receita Industrial	R\$	R\$	0,00	
Receita de Serviços	R\$ 723.300,00	R\$ 432.728,87	59,83	
Transferências Correntes	R\$ 26.520.361,44	R\$ 18.159.857,91	67,08	
Outras Rec. Correntes	R\$ 3.980,00	R\$ 132.739,19	3.335,16	

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

2 – Receitas de Capital	R\$ 185.971,00	R\$ 766.204,30	412,00
Operações de Crédito	R\$	R\$	
Alienação de Bens	R\$ -	R\$ -	0,00
Amort. de Empréstimos	R\$ -	R\$ -	0,00
Transfer. De Capital	R\$ 185.971	R\$ 766.204,30	
Outras Rec. De Capital	R\$	R\$	0,00

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

7 - Receitas Correntes - Intraorçamentárias	R\$ -	R\$ -	0,00
8- Receitas decapital Intraorçamentárias	R\$ -	R\$	0,00
Total da Receita	R\$ 31.419.692,12	R\$ 22.634.332,25	72,04
Deduções	R\$	R\$	
Receita Líquida	R\$ 31.419.692,12	R\$ 22.364.332,25	72,04

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

O total das Receitas Correntes arrecadadas para o período considerado (janeiro a agosto), foi de R\$ 21.868.127,95. Esses valores realizados corresponderam a 70,01% da meta estabelecida, considerado um < bom > desempenho das metas.

Conforme o balancete divulgado, a Receita Impostos, taxas e Contribuições atingiu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 1.435.566,43, representando uma realização de 79,26% da projeção estimada para o período.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

No grupo das Transferências Correntes foi arrecadado no período R\$ 18.159.857,91, sendo o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM –, que totalizou R\$ 9.762,311,48.

As Receitas de Capital foram arrecadadas em virtude de emendas, convênios, entre outras, sendo arrecadado no período o valor de R\$ 766.204,30, sendo revertido em investimentos nas mais diversas áreas do município.

2- ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a agosto de 2025, foi de um montante de R\$ 19.146.544,40 apresentando uma execução < inferior > à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total tem demonstrado um < superávit > na execução orçamentária de R\$ 3.487.787,85. Esse resultado < permite > confirmar o atingimento das metas programadas para o período.

QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

BALANCO ORÇAMENTARIO	Ate o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	30.670.000,00
Previsão Atualizada	31.419.692,12
Receitas Realizadas	22.634.332,25
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	7.193.800,04
Déficit Orçamentário	
DESPESAS	
Dotação Inicial	30.670.000,00
Dotação Atualizada	39.732.697,92
Despesas Empenhadas	26.202.559,75
Despesas Liquidadas	19.146.544,40
Despesas Pagas	18.397.776,80
Superavit Orçamentário	3.487.787,85

3 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, às financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No segundo quadrimestre de 2025 o resultado primário foi de R\$ -462.648,63. O desempenho demonstra que as receitas primárias foram < insuficientes > para suportar integralmente as despesas primárias do período mencionado.

3 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em um determinado período.

Essa diferença corresponde à necessidade de financiamento. O resultado nominal apurado no período foi de R\$ 775.962,05, sendo considerado um resultado positivo.

4 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DÍVIDA

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 468.624,87 (referente a operações de créditos – financiamentos BRDE e FINISA). Já as despesas com a Amortização da Dívida (valor principal da dívida), somaram o valor de R\$ 450.443,20 (referente amortização da dívida contratada – operações de crédito financiamentos).

5 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados (liquidados) até o 2º quadrimestre de 2025 foram no montante de R\$ 601.503,40, sendo destes R\$ 261.073,67 em equipamentos e material permanente, e R\$ 340.429,73 de obras e instalações.

Já, em relação de investimentos que estão em andamento oriundos de orçamento do ano anterior, ficando em restos a pagar, foi realizado R\$ 3.728.040,29.

6 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO DO ENSINO

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (PAD), as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 1.146/2021 e Instrução Normativa nº 04/2024, ambas do Tribunal de Contas do Estado, no segundo quadrimestre, totalizaram R\$ 4.658.224,21, o que corresponde a 24,86% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que no período avaliado o Município < ficou abaixo > do mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

6 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO DO ENSINO

Particularmente no tocante ao FUNDEB, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi < deficitário > em relação a esses recursos. Assim, o < perda > foi <deduzida > nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites. Cabe ainda destacar que, de acordo com a Emenda Constitucional 108/2020, a da Lei Federal 14.113/2020, uma parcela não inferior a 70% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 1.488.141,21 o que corresponde a 71,80% dos recursos do referido fundo << ficando acima >> do dispositivo legal supracitado.

7 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA COM SAÚDE (ASPS)

Os gastos com saúde, conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (PAD), atingiram o montante de R\$ 2.646.006,99, o que corresponde a 14,68% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o < ficando abaixo > do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

8 – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL

Conforme determina a Lei Complementar nº 101/2.000 em seu artigo nº 63, municípios com menos de 50 mil habitantes, a publicação do RGF (Relatório de Gestão Fiscal), é realizado semestralmente, sendo a última até junho/2025 onde, sobre a Receita Corrente Líquida a despesa com pessoal do poder Executivo está em 37,81%, já no Legislativo no mesmo período está em 2,66%, totalizando em 40,46% a despesa total do Município. Ambos os poderes estão abaixo dos limites estabelecidos na Lei da Responsabilidade Fiscal.

9 – CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação e o limite de gastos estabelecidos na programação financeira < foram > atendidos de forma satisfatória no segundo quadrimestre, evidenciando, contudo, um alerta na questão de gastos com a educação, gastos com FUNDEB, e saúde, os quais, porém estão sendo acompanhados mês a mês pelos setores responsáveis, visando o pleno atendimento no final do período de 2025. Na questão de execução orçamentária verificou-se o total atingimento das metas fiscais estabelecidas para o período, obtendo inclusive um superávit orçamentário.